TODAS AS ARTES

REVISTA LUSO-BRASILEIRA DE ARTES E CULTURA

ALL THE ARTS LUSO-BRAZILIAN JOURNAL OF ART AND CULTURE



Vol. 7, N. 2, Mai.-Ago. 2024
ISSN 2184-38052

O DIREITO À CIDADE DO PORTO, UM DUALISMO INTEMPORAL. UM EXERCÍCIO ETNOGRÁFICO SOBRE A SITUAÇÃO DOS SEM-ABRIGO NA CIDADE DO PORTO[1.)]

THE RIGHT TO THE CITY OF PORTO, A TIMELESS DUALISM. AN ETHNOGRAPHIC EXERCISE ON THE SITUATION OF THE HOMELESS IN THE CITY OF PORTO

LE DROIT À LA VILLE DE PORTO, UN DUALISME INTEMPOREL. UN EXERCICE ETHNOGRAPHIQUE SUR LA SITUATION DES SANS-ABRI DANS LA VILLE DE PORTO

EL DERECHO A LA CIUDAD DE OPORTO, UN DUALISMO INTEMPORAL. UN EJERCICIO ETNOGRAFICO SOBRE LA SITUACION DE LOS SIN TECHO EN LA CIUDAD DE OPORTO

André Granja

Universidade do Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal

RESUMO: A realidade do sem-abrigo nas ruas do Porto é cada vez mais grave. Atualmente encontramo-nos numa crise habitacional com o aumento da especulação imobiliária e inflação. O aumento do número de pessoas a viver na rua aumentou, não só por causa da pandemia Covid-19 que surgiu sem precedentes, mas com o agravamento destes dois fenómenos mencionados. Com recurso a um exercício etnográfico verificaram-se vários episódios do dia-a-dia deste fenómeno que o senso comum não reflete. Por outras palavras, abordam-se o sentido de comunidade, as inseguranças entre indivíduos, os sonhos, as revoltas, o racismo, o desespero, etc. Os relatos recolhidos e analisados permitiram constatar que a ação camarária portuense não está a ser eficiente no combate à pobreza e à resolução da situação de sem-abrigo no Porto.

Palavras-chave: sem-abrigos, desigualdades, desvio, associações solidárias, poder local.

ABSTRACT: The reality of homelessness on the streets of Porto is becoming increasingly severe. We are currently facing a housing crisis due to the rise in real estate speculation and inflation. The number of people living on the streets has increased, not only because of the unprecedented Covid-19 pandemic but also due to the worsening of these two phenomenon's. Through an ethnographic exercise, various everyday episodes of this phenomenon were observed, aspects that common sense often overlooks. In other words, it addresses the

[1.)] Desenvolvido inicialmente na Unidade Curricular de Etnografia Urbana e Desenvolvimento Comunitário do Mestrado em Sociologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

sense of community, insecurities among individuals, dreams, revolts, racism, despair, etc. The collected and analyzed reports revealed that Porto's municipal action has not been effective in combating poverty and resolving the homelessness situation in the city.

Keywords: homeless, inequality, outsider, solidary Associations, local government.

RÉSUMÉ: La réalité des sans-abri dans les rues de Porto devient de plus en plus grave. Actuellement, nous sommes confrontés à une crise du logement en raison de l'augmentation de la spéculation immobilière et de l'inflation. Le nombre de personnes vivant dans la rue a augmenté, non seulement à cause de la pandémie de Covid-19 qui a surgi de manière imprévisible, mais aussi en raison de l'aggravation des deux phénomènes mentionnés. À travers un exercice ethnographique, divers épisodes du quotidien de ce phénomène ont été observés, des aspects souvent ignorés par le sens commun. En d'autres termes, il s'agit du sens de la communauté, des insécurités entre les individus, des rêves, des révoltes, du racisme, du désespoir, etc. Les récits recueillis et analysés ont permis de constater que l'action municipale de Porto n'est pas efficace dans la lutte contre la pauvreté et la résolution de la situation des sans-abri à Porto.

Mots-clés: sans-abri, inégalité, exclu, associations solidaires, administration locale.

RESUMEN: La realidad de las personas sin hogar en las calles de Oporto es cada vez más grave. Actualmente, nos encontramos en una crisis habitacional debido al aumento de la especulación inmobiliaria y la inflación. El número de personas que viven en la calle ha aumentado, no solo por la pandemia de la Covid-19 que surgió de manera imprevista, sino también por el agravamiento de estos dos fenómenos mencionados. A través de un ejercicio etnográfico, se observaron varios episodios cotidianos de este fenómeno que el sentido común no suele reflejar. En otras palabras, se aborda el sentido de comunidad, las inseguridades entre los individuos, los sueños, las revueltas, el racismo, la desesperación, etc. Los relatos recogidos y analizados permitieron constatar que la acción municipal de Oporto no está siendo eficiente en la lucha contra la pobreza ni en la resolución de la situación de las personas sin hogar en la ciudad.

Palabras Clave: personas sin hogar, desigualdad, forastero, asociaciones solidarias, administración local.

Introdução

A condição de sem-abrigo é, em si mesma, uma situação de risco. Adicionalmente, a carga simbólica e representativa que a sociedade civil reproduz acaba por fragmentar ainda mais o indivíduo que vive nesta incerteza. Segundo a INIPSSA[2.)] (2023) foram identificados cerca de 10 773 sem-abrigo em Portugal no fim do ano de 2022. A tendência é que este número tenha aumentado até ao dia de hoje. Esta investigação tem como objetivo chamar à atenção para a situação atual dos indivíduos que vivem as suas vidas diariamente nas ruas do Porto, dependendo da solidariedade de outrem. Posto isto, esta investigação está dividida por partes. Partes estas que estão organizadas essencialmente em cinco momentos: valor científico da pesquisa; enquadramento teórico; metodologia; análise do terreno e considerações finais. O estudo da situação de sem-abrigo não é um tema novo. Contudo, este fenómeno, além de persistente é dinâmico. Por outras palavras, os contextos que levam a uma situação frágil como a de viver na rua são diversos. Aliás, como afirma Fernandes (2010: 28):

[2.)] Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação Sem Abrigo.

> Se quisermos intervir de um modo sereno e pensado: precisamos, por um lado, de conhecer melhor os indivíduos envolvidos, as suas trajetórias de dessocialização, as características do seu atual quadro de vida; precisamos, por outro lado, de nos conhecer melhor a nós próprios.

Visualizar apenas aquilo que é o fim do processo de "dessocialização" que Luís Fernandes (2010) aborda, isto é, passar à frente do momento em que ocorreu o desequilíbrio social do indivíduo (perda do emprego, separação da família, entre outros motivos) e apenas assistir à sua condição atual de sem-abrigo, é ignorar todo um contexto crucial para se perceber(em) a(s) realidade(s) destes indivíduos. É, por isso, importante olhar para este fenómeno com uma perspetiva etapista e não fatalista. Assim sendo, procurou-se perceber a realidade dos sem-abrigos que frequentam a Rua Júlio Dinis no Porto, rua essa onde existe um local específico (em frente ao banco Santander) de prestação de apoio por parte de diferentes associações e grupos solidários.

2. Um percurso concetual e paradigmático

Para complementar este exercício de investigação recorreu-se a uma revisão da literatura acerca do fenómeno do "Hobo"[3.)]. Em primeiro lugar é necessário olhar para a condição em si. Será ela uma escolha? Ou o resultado dela? Fernandes *et al.* (2023) realizou um estudo exploratório nos Açores cujo conteúdo é de relevância para este trabalho. Os autores categorizam as explicações da situação de sem-abrigo em dois grupos: as individuais e as estruturais. As primeiras (as individuais), segundo eles, resultariam "de problemas pessoais como doença mental e comportamentos aditivos" (Fernandes et al., 2023: 88). Contudo, ao longo do tempo este tipo de argumentação ficou cada vez mais difícil de suportar devido ao aumento do fenómeno. Daí surgiu a segunda categoria — as explicações estruturais, nomeadamente, fatores relacionados com estruturas sociais e económicas (pobreza ligada com as condições de trabalho: desemprego, por exemplo (Fernandes et al., 2023).

Tendo em conta o aumento exponencial do custo de vida atualmente (essencialmente provocado pelas elevadas taxas de inflação e especulação imobiliária), as questões estruturais são as que mais sentido fazem para explicar o aumento do número de sem-abrigos nas ruas do Porto. Aliás, segundo alguns dados que constam nos Albergues do Porto (2020), 8.209 pessoas viviam em situação de sem-abrigo em 2020; onde 1.213 delas viviam na Área Metropolitana do porto (AMP), sendo 49% destas no concelho do Porto. Recorda-se que estes são dados pré-pandémicos e pré-crise imobiliária (no seu ponto mais crítico). Logo, a tendência é para aumentar substancialmente os números de sem-abrigos no Porto. Ainda aqui, a documentação existente no site oficial da Câmara Municipal do Porto, embora datada a 2018, complementa esta tendência. Segundo Porto. (2018: 661), "entre dezembro de 2011 e dezembro de 2018, ocorreu um aumento muito significativo, na ordem quase 1300%, no número de beneficiárias/os de processos familiares ativos, com problemática sem-abrigo acompanhados pela Equipa de Sem-Abrigo do Porto". Contudo estes dados podem não ser suficientes caso se perspetive a ausência de indivíduos que não foram ainda identificados por estes serviços.

3.) Sem-abrigo.

Um outro contributo para esta investigação é de Anderson (1975). Aqui realça-se a apropriação do espaço pelos sem-abrigos na cidade de Chicago. A *Hobohemia* (Anderson, 1975) é a nomenclatura atribuída para definir o território e a cultura do *hobo*. No caso de Chicago, esta cidade divide-se em quatro partes: Este; Oeste; Norte e Sul. Cada uma destas partes tem os seus códigos sociais. A *West Madison Street* (Oeste), por exemplo, é a rua dos "escravos de mercado", isto é, as agências de recrutamento de mão-de-obra estão concentradas aqui. Os sem-abrigos que "habitam" nesta rua são aqueles que procuram trabalho (Anderson, 1975)[4.]. Por outro lado, a *South State Street* (Sul), é a zona de "entretenimento" — o desvio fora do próprio contexto de desvio (Anderson, 1975)[5.]. A forma como o espaço é apropriado pelos sem-abrigos é importante para determinar que tipo de práticas e códigos têm; sendo que o panorama portuense não é exceção.

Um outro contributo para esta investigação é o de Carmo (2001). O autor explora o papel do desenvolvimento comunitário (DC) como uma ferramenta para enfrentar problemas sociais contemporâneos. Começa, assim, diferenciando o desenvolvimento comunitário da intervenção social, destacando que o DC visa mobilizar recursos humanos e promover a participação democrática na resolução de necessidades locais (Carmo, 2001: 2-7). O DC tem suas raízes no período entre as duas Guerras Mundiais, com influências da administração colonial britânica e da organização comunitária nos EUA. O artigo identifica os princípios fundamentais do DC, como a necessidade de partir das necessidades reais da população, a participação ativa, a cooperação entre setores públicos e privados, e a autossustentação dos projetos (Carmo, 2001: 6). Hermano Carmo também discute três modelos principais de intervenção comunitária: o modelo de desenvolvimento local (microssocial), o de planeamento social (meso e macrossocial) e o de ação social (focado em mudanças no poder político) (Carmo, 2001: 7). O autor analisa também as tendências atuais da investigação, ensino e a prática do DC (com destaque para temas como saúde comunitária, exclusão social, educação e democracia). O artigo conclui que o DC permanece uma estratégia relevante, capaz de promover transformações sociais sustentáveis através da educação e da participação ativa das comunidades.

O trabalho de Quintas (2010) é, também, relevante para o tema a ser tratado. A autora analisa o fenómeno dos sem-abrigos na cidade do Porto. O estudo visa entender as perceções tanto dos indivíduos sem-abrigos quanto dos técnicos das instituições que oferecem apoio a essa população, com foco nas suas experiências de vida e satisfação com os serviços disponíveis. Aliás "os dados obtidos permitirão contrapor as perceções de ambas as faces de uma mesma realidade, percebendo até que ponto é convergente a forma como técnicos e pessoas sem-abrigo apreendem esta forma de «ser» ou «estar» sem-abrigo" — diz-nos Quintas (2010: 2). A pesquisa inclui uma análise teórica e empírica. Na parte teórica, aborda-se a pluridimensionalidade da condição de sem-abrigo, destacando as causas e consequências deste fenómeno (Quintas, 2010: 2). O estudo empírico, por sua vez, envolve entrevistas semiestruturadas com 85 sem-abrigos e 12 técnicos de instituições de apoio (Quintas, 2010: 2). Os resultados mostram diferentes trajetórias de vida, destacando a

4.) "West Madison Street is the "slave market." It is the slave market because here most of the employment agencies are located. Here men in search of work bargain for jobs [...]" (Anderson, 1975: 4-5).

5.) "State Street south of the Loop is the burlesque show. It is here that the hobo, seeking, entertainment, is cheered and gladdened by the 'bathing beauties' and the oriental dancers" (Anderson, 1975: 7).

Todas as Artes. Revista Luso-brasileira de Artes e Cultura • Porto • Vol. 7, n.º 2, 2024 • Maio - Agosto • ISSN 2184-3805 • DOI: https://doi.org/10.21747/21843805/tav7n2

distinção entre "estar" e "ser" sem-abrigo, com várias pessoas apresentando níveis variados de satisfação em relação aos serviços recebidos. Entre os achados, destaca-se a maioria dos sem-abrigos entrevistado mostraram-se satisfeitos com a ajuda oferecida, embora tenha havido críticas sobre a falta de articulação entre os serviços, as dificuldades de reintegração social, familiar e profissional, além das lacunas no tratamento da saúde mental (Quintas, 2010: 55 – 57). A pesquisa aponta ainda a coexistência de duas abordagens nas instituições: assistencialismo e reintegração psicossocial.

3.Metodologia

Antes de ser iniciado qualquer tipo de ação no terreno é crucial, primeiro, definir o plano de ação e a sua metodologia. Só desta forma será possível traçar pregressos (e/ou retrocessos) da pesquisa. Sendo assim, comecemos com a questão de partida: Na perspetiva do indivíduo em situação de sem-abrigo, o município é um mecanismo de ajuda ou um mecanismo de entrave? Um dos motores de intervenção mais importantes no poder local português é a Autarquia, mais especificamente, a Câmara Municipal. Não só detém responsabilidade de receber o financiamento (o orçamento municipal anual, excetuando a receita gerada pelo próprio município) proveniente do Estado Central (Governo Português), como a de gerir da melhor forma possível. Independentemente de ideologias políticas, no fundo, o poder local, como qualquer outra instituição governativa, é-lhe exigido a criação de melhores condições de vida para seus munícipes. Ora, aqui impõe-se, precisamente, essa cláusula — a criação dessas condições. No fundo, estará o município portuense na linha da frente na criação de respostas aos seus munícipes, mais especificamente os que vivem nas ruas? Esta é a linha de pensamento que está em plano de fundo da questão de partida. É importante aqui recordar Carmo (2001) relativamente aos três modelos de intervenção comunitária. Comparando esta investigação à ótica do autor supracitado, aquilo que está a ser tratado coincide com o modelo de "Desenvolvimento Local" (Carmo, 2001: 7), isto porque a intervenção está focada numa área específica da cidade do Porto. Além disso, também é plausível assumir que pode integrar o suposto modelo de "Ação Social" (Carmo, 2001: 7) tendo em conta que existe a variável Poder Local e de vários indivíduos ligados a associações solidárias.

Tendo sido apresentada e explicada a pergunta de partida formada para esta investigação, parte-se agora para a metodologia propriamente dita — o exercício etnográfico. Recordando a questão do "exercício etnográfico" e não uma investigação etnográfica propriamente dita. Segundo Blackshaw (2010)[6.], a etnografia é uma forma específica de recolha de informação de um certo contexto e/ou grupo. Além disso, é um método de investigação de uma cultura sobre outra cultura. Por outras palavras, o investigador insere-se numa cultura que lhe é alheia e, nela, participa enquanto recolhe informações acerca de "tudo" aquilo que acontece durante a sua presença no terreno. A única diferença desta para com uma investigação etnográfica é a questão temporal. Enquanto o critério temporal mínimo[7.] de uma etnografia são seis meses, nesta investigação o tempo é mais reduzido (cerca de três/quatro meses). Não obstante, serão usadas duas das técnicas mais recorrentes desta metodologia: o diário de campo e a observação participante. Relativamente à primeira técnica referida, cito Beaud

6.) "a especific study [...] of a particular group of people share. [...] can be defined as one culture studying another culture. This usually refers to a researcher who participates in a community over some length of time " (Blackshaw, 2010: 68).

7.) Aceite, regra geral, como suficiente para a riqueza e validade dos dados.

e Weber (2021) relativamente à forma como a vêem (a técnica) — uma "arma do etnógrafo". Ainda aqui, "o diário de campo é a principal ferramenta do etnógrafo [...]. É um diário de bordo no qual, dia após dia, anotam-se em estilo telegráfico os eventos da pesquisa e o progresso de busca [...]" (Beaud & Weber, 2021: 65). Ligada a esta técnica está a observação participante. Tal como o nome indica, o investigador está envolvido no terreno e interage com o contexto a que se apresenta. Aqui espera-se que o etnógrafo, muito mais que observar, que sinta, que cheire, que ouça e até que toque (Blackshaw, 2010)[8.)]. No fundo, que utilize todos os sentidos a seu favor. Posto isto, aplicando a informação supracitada ao objeto de análise, formalizou-se o seguinte planeamento:

Local:	Rua Júlio Dinis (em frente ao banco Santander), Porto, durante o período de jantar (± 20:00h às 22:00h).
Atividade (observação participante):	Contacto de proximidade com as associações/grupos que fornecem alimentação e outros recursos de primeira necessidade; participando também em algumas dessas ações.
Informador Privilegiado:	Alguém ligado a alguma associação/grupo que presta apoio aos sem-abrigos na zona da Boavista OU um sem-abrigo que frequenta este local e que recebe este apoio.
Objetivos:	Perceber que tipo de ajudas camarárias existem atualmente no terreno; saber se estas ajudas chegam aos indivíduos que frequentam este local para se alimentarem, entre outras necessidades; analisar a rotina diária deste local e que impacto tem no dia-a-dia dos indivíduos que procuram esta ajuda.
Possíveis desafios:	Resistência por parte das respetivas associações/grupos em relação à presença do investigador, tendo em conta o contexto vulnerável do objeto de estudo; resistência por parte dos respetivos indivíduos que frequentam este espaço à procura de satisfazerem as suas necessidades básicas (alimentação, vestuário, etc.)
Possíveis contributos:	Maior perceção do impacto que as políticas públicas de ação social da Câmara do Porto têm sobre quem se encontra em situação de sem-abrigo; um olhar sociológico atualizado sobre a situação atual dos sem-abrigos das ruas do Porto; um olhar sociológico acerca de alternativas à ação camarária, nomeadamente, do impacto da ação de associações/grupos solidários nos indivíduos em situação de sem-abrigo.

Tabela 1: Plano de Ação
Fonte: O Autor.

8.) "watching things that happen, listening to what is said, smelling, touching and tasting, [...] while linking all of this with what he or she knows already and has imagined as a consequence" (Blackshaw, 2010: 68).

Todas as Artes. Revista Luso-brasileira de Artes e Cultura • Porto • Vol. 7, n.º 2, 2024 • Maio - Agosto • ISSN 2184-3805 • DOI: https://doi.org/10.21747/21843805/tav7n2

O local selecionado, tal como indica na Tabela 1, foi a Rua Júlio Dinis; especificamente em frente ao Banco Santander. Esta rua, constituída por vários negócios de variados setores, liga a Rotunda da Boavista ao famoso Palácio de Cristal (uma distância sensivelmente 1.1km). Este local específico (em frente ao Banco Santander perto da Rotunda da Boavista) suscitou interesse a partir do momento em que, durante movimentos pendulares diários entre a Faculdade de Letras da Universidade do Porto e a zona de residência sempre à mesma hora (± 19:30h – 20:00h), se verificou, um conjunto de indivíduos em fila para receberem sacos plásticos com diversos produtos. Visualmente era perceptível o aumento das filas para estes apoios ao longo do tempo. Começaram a surgir todo um conjunto de questões relativas à origem desta prática nesta rua, as respetivas interações sociais, entre outros aspetos de cariz sociológico. Assim, o interesse em saber mais sobre este fenómeno motivou o início desta investigação.

Realizado o enquadramento teórico e a apresentação das linhas orientadoras para o terreno, passemos para o exercício no campo. Ocorreram três contactos no campo: o primeiro foi feito através de uma associação solidária; o segundo com dois sem-abrigos e o terceiro através da participação de uma entrega de materiais de primeira necessidade. Cada exercício levantou desafios, nomeadamente, aqueles que constam na Tabela 1. Contudo, ao longo do exercício no campo, foram contornados.

Primeiramente, o primeiro contacto[9.] com o terreno decorreu na noite de 24 de abril de 2024 (quarta-feira) entre as 21:30 e as 22:30 horas no local estabelecido no plano de ação (ver Tabela 1). Iniciei[10.] a conversa com uma saudação e uma questão num tom de curiosidade sobre a atividade que os indivíduos estavam a executar (nomeadamente sobre a entrega de produtos de primeira necessidade). Esta abordagem foi recebida por parte dos indivíduos (que me responderam com orgulho sobre o que estavam a fazer) e, através desta introdução, permitiu a realização do procedimento formal da investigação em curso, ou seja, a identificação do investigador, do exercício etnográfico e a forma como iria ser e respetivos objetivos.

Naquela noite apenas se encontrava um grupo composto por 5 elementos cujo nome de Grupo Solidário[11.]. Neste caso cita-se "grupo" e não associação, pois, durante a interação, confirmou-se que se trata de uma organização informal que está no local recorrentemente (última quarta-feira de cada mês) e não tem nenhum vínculo associativo formal.

> Abordei o grupo (constituído inicialmente por dois elementos). Através dos coletes consegui perceber que se tratava aparentemente de uma associação — Grupo Solidário. Contudo, quando comecei a falar com estes dois indivíduos (um do sexo masculino e outro do sexo feminino; ambos aparentando estar na faixa etária dos 35-40 anos) esclareceram-me que não se tratava de uma associação, mas sim um grupo de pessoas. (Diário de Campo, 24 de abril, Rua Júlio Dinis, 21:30)

9.) Ressalva-se que, a priori, apenas se realizou uma visita exploratória ao local sem qualquer tipo de interação com o objeto de estudo.

10.) Observação do autor: O maior desafio que se verificou neste primeiro contacto foi, precisamente, iniciar uma conversa que não suscitasse uma rejeição clara ao objetivo proposto. Aborda-se aqui um tema bastante exigente do ponto de vista ético. Todo o cuidado é pouco, nomeadamente na escolha das palavras e ações no momento da interação.

11.) Nome fictício

Durante os primeiros momentos da minha presença, observei uma entrega de produtos alimentares a indivíduos que não excediam os 35 anos de idade[12.]. Esta situação permitiu a reflexão sobre o que havia sido abordado no enquadramento teórico, nomeadamente dos dados dos Albergues do Porto (2020) — cerca de 47% dos sem-abrigos encontram-se entre os 45 e os 64 anos de idade. Ora, durante todo o período em que estive presente no terreno, não verifiquei a existência de indivíduos dentro deste grupo etário.

> Estavam a entregar sacos de plástico com produtos alimentares a dois indivíduos que aparentavam estar no grupo etária de 25-35 anos de idade. (Diário de Campo, 24 de abril, Rua Júlio Dinis, 21:30)

Precisamente por ser apenas o primeiro contacto neste local, não existe fundamento sólido para apresentar uma nova tendência de grupos etários em situação de sem-abrigo. Contudo, pode ser um indício e, também, poderá ser levantada aqui uma outra hipótese que é: a frequência deste espaço por parte de indivíduos em situação de sem-abrigo é, predominantemente, realizada por grupos etários mais jovens.

> Enquanto estava em terreno, percebi que os indivíduos que se aproximavam deste grupo solidário não excediam os 40 anos de idade. (Diário de Campo, 24 de abril, Rua Júlio Dinis, 22:30)

Durante a conversa inicial que teve parte no momento em que realizavam as entregas de alimentos e cobertores, era claro que, os indivíduos com quem estava a contactar, não eram os coordenadores do grupo. Isto porque estavam sempre a mencionar uma figura que estaria disposta a "colaborar" com a minha investigação e no exercício etnográfico — a Joana[13.].

> Percebi, ao longo deste diálogo que não eram os "coordenadores", aliás, os indivíduos mencionavam sempre uma figura — Joana. Ao que parecia, esta pessoa era a fundadora desta iniciativa e, segundo eles, era a melhor pessoa com quem falar. (Diário de Campo, 24 de abril, Rua Júlio Dinis, 21:40)

Tive oportunidade de conhecer a fundadora do Grupo Solidário, pois encontrava-se no local também. Através deste contacto foi possível perceber como é que funcionava este grupo de indivíduos, o que faziam na íntegra e como faziam. Além disso, num tom quase de entrevista, questionei sobre a atuação camarária nesta zona e se o grupo em questão alguma vez verificou, durante as suas ações, alguma mudança no problema. Além de me responder que a ação camarária era escassa, ou quase nenhuma, mencionou que tinham uma ação inversa, ou seja, prejudicava ainda mais o contexto. Continuei ainda neste tópico a fim de encontrar algum exemplo concreto desta "inação" e foi possível reunir alguns. O mais interessante citar é o exemplo da ação da polícia municipal de impedir a realização de uma entrega de comida no local em que estive no terreno. Ao que me foi dito por parte da fundadora do grupo, esta operação não tinha uma razão convincente. Por especulação, os indivíduos deste grupo assumem que esta (operação) foi para retirar os sem-abrigos deste local por existir um hotel e isso poderia afetar o negócio.

12.) O facto de viver na rua pode comprometer a idade real do indivíduo.

13.) Nome fictício.

Todas as Artes. Revista Luso-brasileira de Artes e Cultura • Porto • Vol. 7, n.º 2, 2024 • Maio - Agosto • ISSN 2184-3805 • DOI: https://doi.org/10.21747/21843805/tav7n2

> A própria polícia municipal expulsou este grupo informal de certos pontos da cidade por estarem a incomodar espaços de lazer. O último que aconteceu foi precisamente onde eu estive naquele preciso momento porque havia uma construção de um hotel. Ao que parece a polícia informou as associações que não deviam fazer esse tipo de serviços naquele sítio. Não justificaram propriamente o porquê, mas tendo em conta o terreno era perceptível perceber que havia um hotel e impedirem este tipo de atividade servia para expulsar os sem-abrigos daquela zona. (Diário de Campo, 24 de abril, Rua Júlio Dinis, 21:50)

Adiantou ainda a relação que tinham com o próprio Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira, mencionando-o como "Rui" apenas. Esta forma de referenciar um indivíduo que representa uma instituição bastante conceituada a nível nacional (e internacional) é, sem dúvida, relevante. O formato informal que escolheu representa a perceção que tem sobre esta figura e a sua ação enquanto Presidente (tendo em conta as críticas que dirigiu à autarquia). Logo, além de ser clara a posição que tem sobre a ação camarária, levanta-se aqui outro problema além do atual da investigação — a ligação entre a autarquia e as próprias associações/organizações solidárias.

> Outra informação também é a crítica ao próprio Presidente da Câmara Municipal do Porto atual, Rui Moreira. Joana trata-o como Rui, não como Senhor Presidente, não como Rui Moreira, mas Rui. Dava para ver que esta abordagem pejorativa era uma forma de caracterizar esta pessoa e a sua ligação aos atos camarários. (Diário de Campo, 24 de abril, Rua Júlio Dinis, 21:50)

Através deste retrato em primeira mão sobre a presença camarária neste problema, surgiu a necessidade de voltar a rever a literatura, agora numa fase a posteriori à presença no terreno. O Plano de Ação para 2023 (Porto, 2023), revela, tal como o nome indica, a estratégia de ação social camarária para o ano 2023 (único plano mais recente disponível). Entre os mais diversos fenómenos e as demais propostas de resolução/monotorização, a área específica para o fenómeno dos sem abrigos ("Pessoas em Situação de Sem-Abrigo" [Porto, 2023: 120]) é a única onde não existe nenhuma informação relevante no plano, comparativamente aos restantes problemas sociais. O que existe é a referência a uma instituição, a NPISA Porto, cujo "domínio prioritário de intervenção pessoas em situação de sem abrigo assenta diretamente no [seu] Plano de Ação" (Porto, 2023: 120). Acrescenta-se ainda que, os objetivos estratégicos para o problema dos sem-abrigos "[...] deveriam estar plasmados na sua totalidade no PDS [Plano de Desenvolvimento Social], sofrendo alguns ajustes de acordo com a coerência concetual e estrutural deste último, mantendo-se o Plano de Ação [Plano de Ação para 2023], como um instrumento autónomo" (Porto, 2023: 120). O que aqui se verifica é, à primeira vista, um afastamento de responsabilidades sobre esta matéria (algo que coincide com o relato feito pela fundadora do Grupo Solidário). Relativamente ao PDS da NPISA Porto, o que podemos verificar é que, na secção de "Pessoas Em Situação de Sem-Abrigo" (Porto, 2019), as propostas apresentadas rondam, essencialmente um trabalho de diagnóstico. Embora existam propostas como "reforçar uma intervenção promotora da integração das pessoas em situação de sem-abrigo [...] ao nível da saúde [...]" ou "reforçar uma intervenção promotora da integração das pessoas em situação de sem-abrigo [...] ao nível do acesso ao alojamento e à habitação" (Porto, 2019: 198) este plano pouco está focado nos contextos locais e a atual realidade. Aliás, o próprio Plano de Ação para 2023 (Porto, 2023, p.120) afirma que os conteúdos do PDS seguem "[...] os pressupostos e diretrizes da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (2017-2023), ou seja, uma visão mais de teor superficial que especializada.

Numa segunda ida ao terreno, desta vez, deparei-me com um novo desafio. Não havia nenhuma associação no local, mas sim dois sem-abrigos sentados à porta de uma loja fechada. Até agora, o único obstáculo que me deparei foi a possível resistência por parte das associações (ver Tabela 1) onde foi ultrapassado. Nesta segunda ida, todavia, estava presente com um outro entrave — a possível resistência por parte de quem recebe estes donativos solidários (ver Tabela 1). A abordagem[14.)] teria de ser diferente daquela que foi usada quando se contactou o Grupo Solidário. Tendo em conta este novo contexto, de forma a conseguir integrar-me, sabendo que nunca me viram antes, foi saudá-los e questioná-los se tinham avistado alguma associação solidária no local onde nos encontrávamos. Responderam-me[15.)] que já tinham ido embora, contudo, não se situavam no mesmo sítio do costume (em frente ao banco Santander).

> Comprova-se a existência da pressão camarária de expulsarem os sem-abrigos e estas associações desta zona, devido à presença hoteleira. Aliás, a associação *Abrigo*[16.)] que esteve hoje cá, nem sequer estava no local "habitual" de antigamente (onde me encontro). Encontrava-se mais abaixo, ou seja, perto das traseiras do Mercado Bom Sucesso. (Diário de Campo, 09 de maio, Rua Júlio Dinis, 21:40)

O mais velho[17.)], José[18.)], voluntariamente, contou-me um pouco sobre a sua vida e como terminou na rua[19.)]. Aqui é importante relembrar o conceito de "dessocialização" de Luís Fernandes (2010) que foi abordado inicialmente, ou seja, olhar para este fenómeno num percurso etapista. No caso do José, ele nunca esteve fixo num ponto. Desde os seus 20 anos tem percorrido vários locais dentro e fora do país. Desta biografia, o que é relevante apontar é a vida laboral precária e de exploração. José sempre trabalhou fora do país (esteve em Espanha e em França). A sua via laboral baseia-se em trabalhos pesados, embora fossem bem mais pagos que em Portugal — afirma. Nunca andou no exército o que, tendo em conta a sua idade e a existência do serviço obrigatório, é possível assumir que desertou.

> Tinha 20 anos quando foi para Espanha, voltou para Portugal e depois viajou para Espanha outra vez. Não me deu muitos detalhes, mas referiu que, essencialmente, a sua vida laboral foram trabalhos pesados e nunca frequentou o serviço militar (o que me dá a entender que, tendo em conta a sua idade, o facto de ter ido para Espanha possivelmente pode ter sido para fugir à Guerra). Falou também que mesmo sendo trabalho forçado era bem mais pago lá do que cá. (Diário de Campo, 09 de maio, Rua Júlio Dinis, 21:45)

14.) Observação do autor: Estava perante o outro lado deste fenómeno, logo, a interação deveria, não só ser bem pensada a nível ético (evitar juízos de valor, não contrapor factos ou questões a nível pessoal para não ferir suscetibilidades, etc.), como a linguagem corporal teria de ser bem apropriada (evitar movimentos bruscos ou posições que possam ser interpretadas como suspeitas e/ou ameaçadoras).

15.) Observação do autor: Foi aqui o momento em que me apercebi que estavam dispostos a continuar a conversa, dado que me responderam sobre o avistamento e continuaram a dar-me informações sobre a ação solidária que aconteceu antes da minha vinda ao local. Logo, aproveitei e sentei-me ao lado deles (mais uma vez, relembra-se a importância da linguagem corporal. O facto de me sentar, foi uma maneira de criar uma ligação com estes indivíduos, ou seja, estar no mesmo plano, lado a lado).

16.)Nome fictício

17.) Voluntariamente informou-me que tinha 73 anos de idade e o outro encontrava-se dentro da faixa etária 45-55 anos.

18.) Nome fictício

19.) Há dez anos que se encontra nesta situação

Todas as Artes. Revista Luso-brasileira de Artes e Cultura • Porto • Vol. 7, n.º 2, 2024 • Maio - Agosto • ISSN 2184-3805 • DOI: https://doi.org/10.21747/21843805/tav7n2

Retomando para a atualidade, questionei se alguma vez teve apoio camarário. A resposta vai de encontro à da associação que tive oportunidade de interagir — não teve. O mais velho, também o mais antigo em "experiência de rua", acrescenta esta posição com uma distinção social — "eles" e "eu/nós". Por outras palavras, há uma clara consciência de classe. O "nós" que sofre de estigmatização, exclusão social e altos níveis de precarização e "eles" — os colarinhos brancos que concentram riqueza e não têm interesse nenhum em ajudar a resolver o problema dessa classe. Aqui é importante relembrar os contributos de Quintas (2010: 55 – 57) relativamente à questão da articulação entre os serviços e a dificuldade na reintegração social. José enfatiza a dificuldade de existir um contacto com a autarquia e com as autoridades locais.

> O mais velho, que era o mais experiente nesta vida (vive há 10 anos na rua por esta zona) disse-me que não havia apoio nenhum camarário, não havia qualquer tipo de ajuda, nem atenção sequer. Começou a dizer que eles [os funcionários camarários] só queriam era o dinheiro deles ao fim do mês...etc...etc. (Diário de Campo, 09 de maio, Rua Júlio Dinis, 21:50)

Um outro aspeto relevante na perspetiva de quem vive na rua é a insegurança. Insegurança esta que nada tem a ver com a sua própria situação socioeconómica, mas sim dos furtos, roubos e violência polarizada entre indivíduos que se encontram na mesma situação que a dos sem-abrigos com quem estive em contacto. A situação é de tal ordem grave que criou um sentimento de comunidade por parte de alguns sem-abrigos. Enquanto um está na fila para pedir alimentos ou vestuário, outro está a guardar os seus pertences e os do seu "vizinho"[20.]. É relevante aqui recordar Anderson (1975) relativamente sobre as disposições dos locais frequentados pelos *hobos*. Neste caso a Rua Júlio Dinis (especificamente em frente do Santander) era o local de recolha de artigos de primeira necessidade.

> O que existe, que eu reparasse quando estava a ter a conversa com eles, é uma cooperação, ou seja, haver aqui uma interajuda para evitar qualquer tipo de roubos ou até a violência por parte daqueles que provocam estes tipos de problemas. Eu, ironicamente no meio desta conversa, referi que é por isso que andam os dois sempre juntos. (Diário de Campo, 09 de maio, Rua Júlio Dinis, 21:55)

No que toca às forças de segurança que costumam fazer várias rondas naquele local, os sem-abrigos argumentam que estes (GNR e PSP) nada fazem em prol do seu bem-estar mínimo. Quando agem, fazem-no para os expulsar do sítios em que estão a pernoitar. Ambos acrescentam que, ao serem expulsos, não são indicados para nenhum lado melhor. Logo, não há uma preocupação de melhorar a situação destes indivíduos. O mais importante, ao longo destes relatos, é limpar a imagem desta zona de lazer.

> Desde logo querem-nos afastar e tirar-nos daqui, mas não é para um sítio melhor, é simplesmente para sair desta zona — disse o mais velho. (Diário de Campo, 09 de maio, Rua Júlio Dinis, 22:00)

20.) Termo usado entre estes indivíduos

Ainda sobre o ambiente de insegurança vivida pelos indivíduos, afirmam que estes movimentos desviantes, dentro do contexto de desvio (situação de sem-abrigo), produzem um aumento de estigmatização face ao contexto em que vivem. O mais velho, aqui, conceptualiza uma divisão categórica dos sem-abrigos: os que são educados e usufruem ordenadamente da solidariedade das associações e os "vândalos" — aqueles que furtam, roubam e usam a violência para satisfazer as suas necessidades (descartando as ajudas solidárias).

> Primeiro há aqueles educados; que vão à associação pedir as suas necessidades e retorna ao seu sítio e até partilha e segundo são os outros que, por serem completamente desviados ou seja agressivos, acabam por ganhar mais influência", ou seja, aqueles que roubam violentamente e furtam dos próprios promovem "menos afluência deste tipo de associações (Diário de Campo, 09 de maio, Rua Júlio Dinis, 22:05)

Ora, segundo o seu raciocínio, os segundos (os violentos) são aqueles que mais atenção recebem da Sociedade, ou seja, o rótulo de sem-abrigo tem as características destes indivíduos, colocando assim todos os sem-abrigos num só bolo — "são todos marginais". Ainda aqui, o impacto deste olhar sobre esta comunidade precária é bastante evidente — menos ações solidárias pelo receio destes atos.

> O mais velho acrescenta ainda que «uma das razões pela qual havia menor frequência deste tipo de ajudas era, de facto, pelo aumento deste tipo de crime e também o aumento das incertezas (referindo-se ao receio por parte das associações de sofrerem assaltos). (Diário de Campo, 09 de maio, Rua Júlio Dinis, 22:05)

Esta violência física, mas também simbólica, obriga, por vezes, os indivíduos lesados a replicarem-nos para a garantia da sua própria sobrevivência diária.

> Esta violência simbólica, ou seja, a autarquia não ajudar, as associações não serem suficientes e também existir violência e roubos ambiente, o senhor mais velho disse-me que, no meio disto tudo, «somos quase obrigados também a roubar porque não há qualquer outro tipo de alternativa. (Diário de Campo, 09 de maio, Rua Júlio Dinis, 22:10)

Logo, estamos perante uma situação cíclica e a saída deste contexto não é, de todo, uma possibilidade tão fácil quanto a reprodução dos mesmos atos. A figura seguinte mostra, visualmente[21.)], o que está neste momento a acontecer:

[21.)] Referir que a Câmara Municipal do Porto e os Agentes de Segurança Pública estão alheios a este ciclo.

Todas as Artes. Revista Luso-brasileira de Artes e Cultura • Porto • Vol. 7, n.º 2, 2024 • Maio - Agosto • ISSN 2184-3805 • DOI: https://doi.org/10.21747/21843805/tav7n2

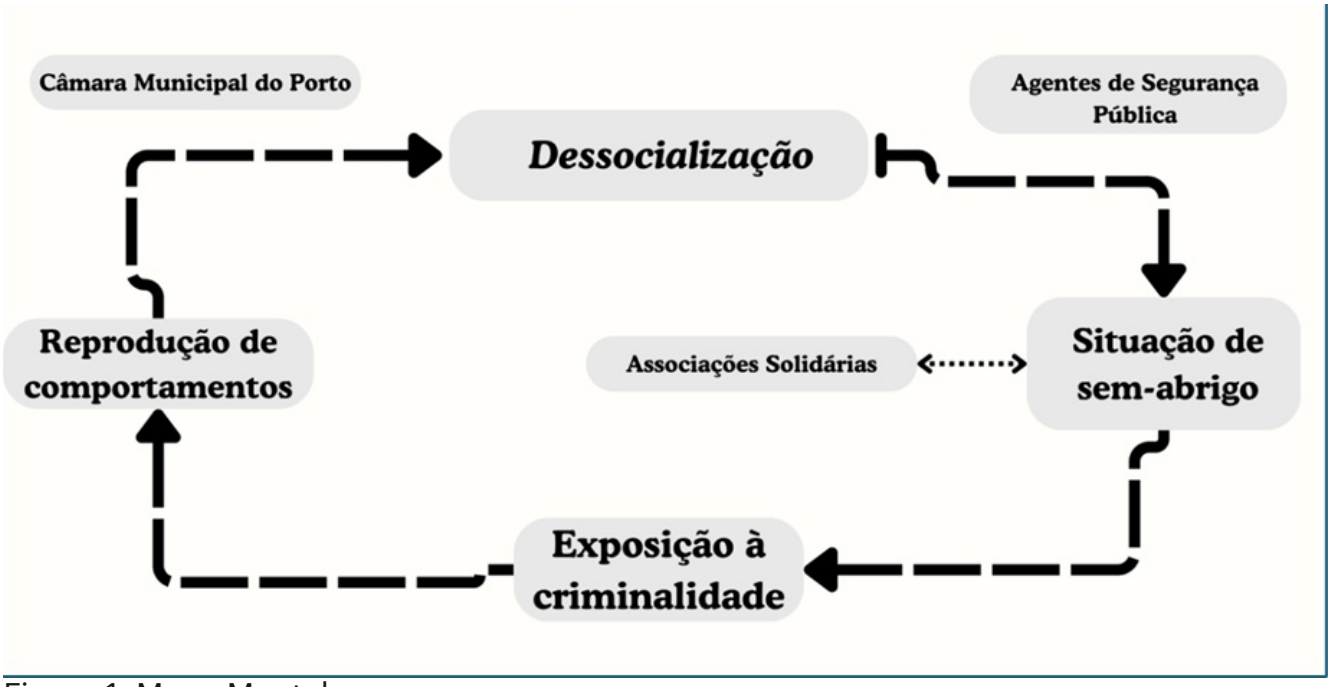


Figura 1: Mapa Mental
Fonte: Autor

A última ida ao campo ocorreu no dia 29 de maio e serviu como um resumo daquilo que foi sendo recolhido ao longo do decurso da minha presença no terreno. Desta vez participei numa ação de entrega de recursos de primeira necessidade (alimentação, produtos de higiene, cobertores e vestuário) ao lado do grupo informal — Grupo Solidário. Desde as 21:30 até à 01:00 da manhã do dia 30 de maio acompanhei este grupo num percurso que corresponde à área de ação (ver Figura 1), salvo a zona da Batalha que excede o perímetro delineado.

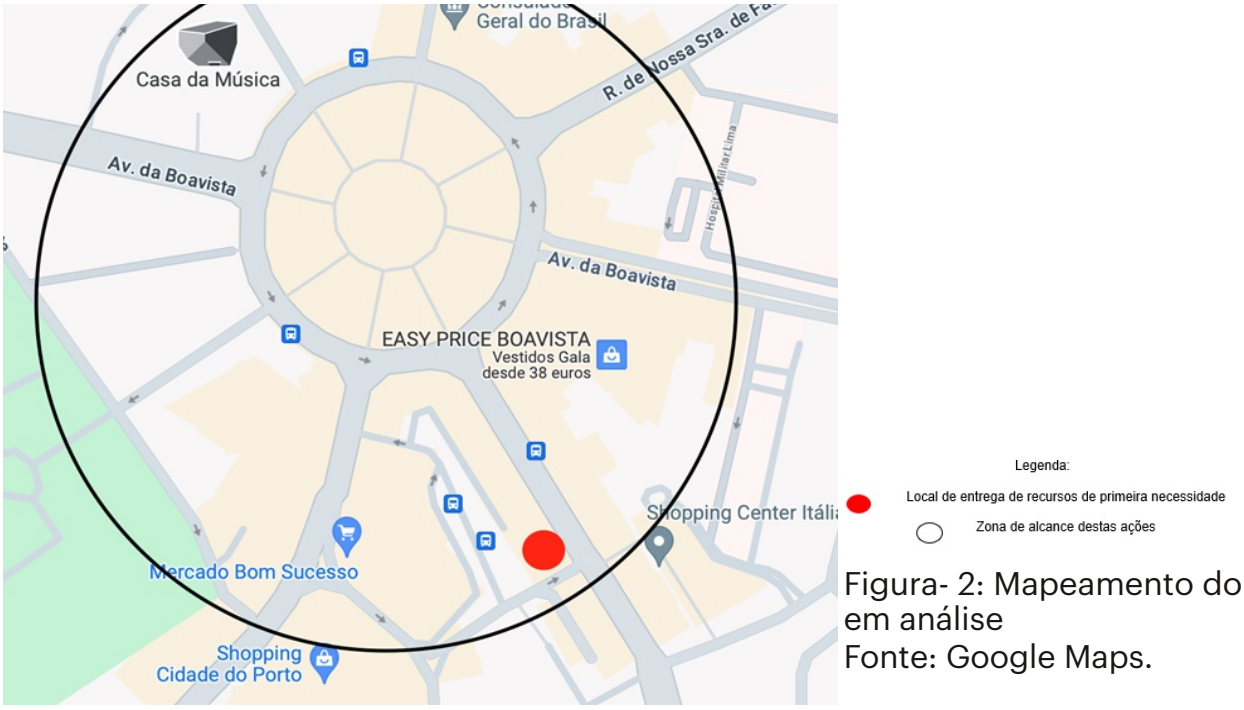


Figura- 2: Mapeamento do terreno em análise
Fonte: Google Maps.

Iniciou-se a ação[22.)] num local mais abaixo da Rua Júlio Dinis (novamente devido à entidade camarária). Contavam-se mais de 30 indivíduos (dos quais 6 eram mulheres), aglomerados, num pequeno coberto, à espera desta iniciativa[23.)] começar.

> Pelo menos 30 pessoas onde 6 eram mulheres. Tudo de 40 anos para cima (aparentemente); um grupo de três estrangeiros sem-abrigos. (Diário de Campo, 29 de maio, Rua Júlio Dinis, 21:30)

Aqui é relevante perceber que existe já uma prática de receção bastante estruturada, isto é, os sem-abrigos desta zona já sabem o horário e a altura que estas associações chegam.

> Um pouco abaixo da Rua Júlio Dinis (obrigados a sair da zona de entrega do costume).
>
> Muita gente aglomerada no sítio costume, aguardando pelos apoios. Estavam a conviver. (Diário de Campo, 29 de maio, Rua Júlio Dinis, 21:30)

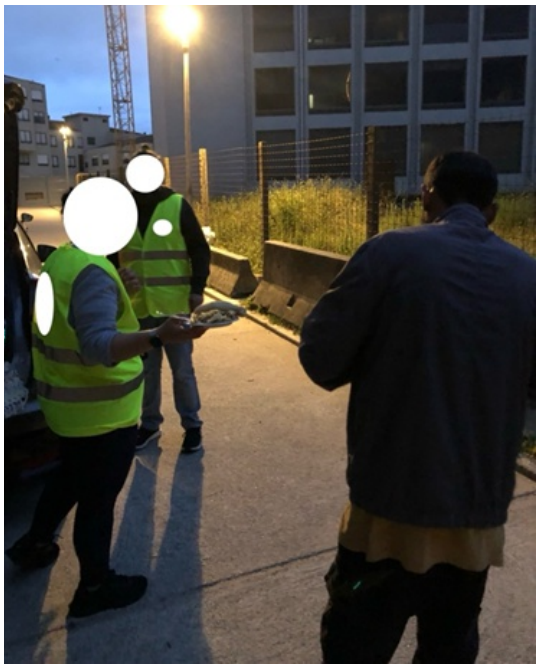


Figura 3: Momento de entrega de uma refeição quente por parte da Joana a um sem-abrigo
Fonte: Fotografado pelo autor durante a atividade.

22.) Observação do autor: Momentos antes de iniciar a atividade estava a pensar sobre que tipo de abordagens podia fazer para que conseguisse reter o máximo de informação possível nesta ação. A prioridade era não comprometer a investigação e contributos adquiridos até ao momento. Bastava um erro feito por mim e a minha ligação com o Grupo Solidário e estes indivíduos seria descartada. Todavia, ao me darem a tarefa de entregar artigos de vestuário, permitiu-me interagir com todos os indivíduos sem-abrigos presentes àquela hora.

23.) O grupo organizava-se nas seguintes tarefas: entregadores de refeições quentes e bebidas (arroz com carne, café, água e sumo); entregadores de vestuário (roupa interior, calçado, casacos, calças, camisolas) e cobertores.

Todas as Artes. Revista Luso-brasileira de Artes e Cultura • Porto • Vol. 7, n.º 2, 2024 • Maio - Agosto • ISSN 2184-3805 • DOI: https://doi.org/10.21747/21843805/tav7n2

Todos se conheciam, inclusive, existia um verdadeiro sentido de comunidade e vizinhança. Embora estivesse perante um grupo de indivíduos cujas liberdades estão extremamente condicionadas, a vivência naquele momento era tudo menos a rotulagem que é imposta no indivíduo sem-abrigo; havia risos, partilha de histórias e episódios do dia, entre outras atividades de teor de "ociosidade".

> Fomos fazer uma ronda: encontrei o senhor José (o idoso de 73 anos). Dois senhores mais à frente do spot normal onde estava o senhor José. Os indivíduos interagem em comunidade, identificam-se como vizinhos uns dos outros." (Diário de Campo, 29 de maio, Rua Júlio Dinis, 21:35)

Interagi com a senhora Margarida[24.)] . Esta sem-abrigo está sóbria (de estupefacientes) há 8 meses, segundo ela, e encontra-se neste momento a arranjar um emprego e casa. O objetivo desta senhora é sair da rua para depois encontrar-se com os seus filhos que vivem na Inglaterra. Questionei-lhe o porquê de não querer ir agora e a resposta foi por não querer que os filhos a vejam neste estado.

> Uma mulher, Margarida, está a receber apoios médicos para combater a ansiedade, está sóbria (estupefacientes) há 8 meses, pretende estar com os filhos em Inglaterra mas primeiro quer arranjar casa e trabalho (é auxiliar de geriátrica) (Diário de Campo, 29 de maio, Rua Júlio Dinis, 21:35)



Figura 4: Em conversa com a Margarida sobre o seu objetivo
Fonte: Fotografado pelo autor durante a atividade

24.) Nome fictício.

Um outro caso é de uma senhora negra, Judite[25.)], que atualmente podia estar a morar num quarto, mas tal não aconteceu por motivações racistas. Este fenómeno surge pela primeira vez desde o início desta investigação. Mesmo um contexto precário como o que tenho vindo a abordar, surge ainda mais uma discriminação — a racial.

> Senhora negra sem-abrigo tinha possibilidade de ter um quarto mas recusaram por questões de racismo (fora ser sem-abrigo). (Diário de Campo, 29 de maio, Rua Júlio Dinis, 22:00)

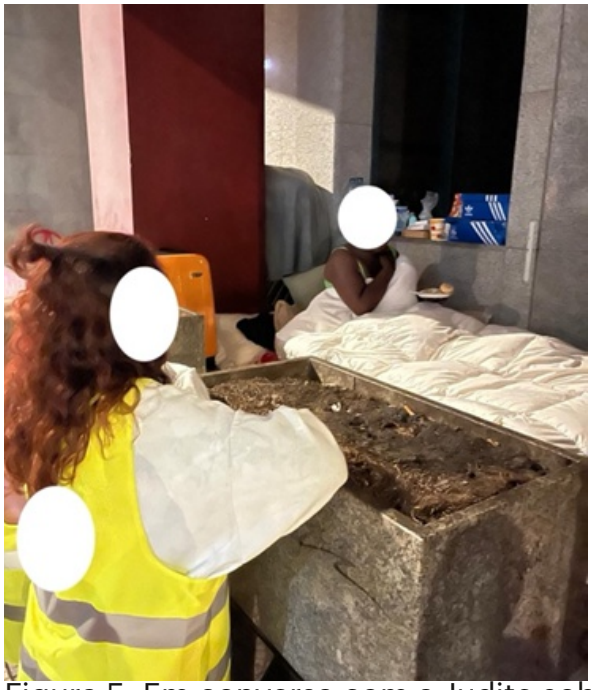


Figura 5: Em conversa com a Judite sobre o caso de racismo
Fonte: © Manuela Costa. Cedida pela própria.

Estes dois testemunhos são exemplos de dezenas de casos semelhantes, partilhados ao longo das participações no terreno. Todos eles não querem manter-se nesta situação — são extremamente condicionados a ficar. Isto não é o que o senso comum incute: não querer trabalhar; são indivíduos mal-educados; não souberam gerir os recursos; estão na rua porque querem; entre outros ditos populares na sociedade.

Mais perto do fim da ação no terreno, deparei-me com outro fenómeno novo na investigação — a importância da religião dentro desta "comunidade". Enquanto entregava recursos, ao estender a mão com comida, um sem-abrigo questionou se a refeição continha carne de porco. Por mera coincidência tinha. Este, ao perceber que continha carne de porco, rejeitou. A mesma situação aconteceu-me momentos depois. Foi então que me apercebi que estava perante um novo ponto relevante para esta análise: os valores morais e religiosos sobrepunham-se à realidade de rua que o indivíduo estava a passar.

25.) Nome fictício.

Todas as Artes. Revista Luso-brasileira de Artes e Cultura • Porto • Vol. 7, n.º 2, 2024 • Maio - Agosto • ISSN 2184-3805 • DOI: https://doi.org/10.21747/21843805/tav7n2

> "Dois indivíduos recusaram as refeições por terem porco (questões religiosas). Mesmo num estado de calamidade, escolhem ser fiéis aos valores religiosos." (Diário de Campo, 29 de maio, Rua Júlio Dinis, 23:00)

O caso mais impressionante, do ponto de vista analítico, foi de um jovem que veio ter connosco pedir ajuda alimentar. Este tem 22 anos, não tinha nada consigo porque foi levado pelos funcionários da câmara e é órfão: a mãe é toxicodependente e abandonou-o quando tinha apenas 1 ano e o pai, que se tinha separado da mulher por esta estar naquele estado, faleceu — deixando o jovem e o irmão mais novo (que foi entregue a uma família de acolhimento) a desenrascarem-se. O mais velho vive na rua e tem o objetivo de sair, encontrando um trabalho e assegurar uma vida estável para buscar o seu irmão à família de acolhimento.

> "Há relatos de pelo menos 3 sem-abrigos dizerem que os funcionários da câmara tiraram os seus pertences (deve ser no momento em que estão a fazer limpezas). O mais recente relato é de um jovem sem abrigo de 22 anos (pai faleceu, mãe toxicodependente, o sonho do rapaz é trazer o irmão para a sua beira através de conseguir trabalhar)." (Diário de Campo, 30 de maio, Rua Júlio Dinis, 00:00)

Conclusão

Depois de ter sido feita uma revisão da literatura, antes e depois da observação participante, fica bastante evidente que a ação camarária não coincide com as atuais necessidades no terreno. Tanto por parte das associações solidárias, como pelos próprios indivíduos que se encontram nestas circunstâncias partilham a mesma posição — não se sentem apoiados. A realidade do sem-abrigo nas ruas do Porto, como foi referido várias vezes, tem vindo a aumentar a sua gravidade. Recorda-se que assistimos a uma pandemia que dizimou milhões de indivíduos (os mais afetados foram os mais desfavorecidos) e atualmente encontramo-nos numa crise habitacional com o aumento da especulação imobiliária e inflação. Não descartando todos os outros aspetos que promovem um aumento deste fenómeno, estes dois são os mais recentes e intensificaram o aumento do número de pessoas a viver na rua. Durante a presença no campo, assisti a vários episódios de aspetos que não são vistos a "olho nu" do senso comum. Refiro-me ao sentimento de comunidade, ao medo que existe entre indivíduos, aos desejos, aos desassossegos, ao racismo, ao desespero, entre outros aspetos..Tudo isto só foi possível através da vista por dentro, isto é, acompanhar hora-a-hora, rua a rua estas associações e estes indivíduos. Os relatos recolhidos permitiram contrapor aquilo que é apresentado pela autarquia e a sua presença neste tipo de fenómeno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albergues Do Porto (2020). *Utentes*. Disponível em: https://www.alberguesdoporto.org/os-nossos-utentes.

Anderson, N. (1975). *The Hobo: The sociology of the homeless man*. University of Chicago Press.

Beaud, S. & Weber, F. (2021). *Guia Para a Pesquisa De Campo*. Editora Vozes.

Blackshaw, T. (2010). *Key concepts in community studies*. SAGE.

Carmo, H. (2001). A actualidade do desenvolvimento como estratégia de intervenção social. In *Actas da 1.ª conferência sobre desenvolvimento comunitário e saúde mental*, ISPA.

Fernandes, L. & Ramos, A. (2010). Exclusão social e violências quotidianas em " bairros degradados": etnografia das drogas numa periferia urbana. *Revista Toxicodependências*, 16 (2), 15-27.

Fernandes, L., Fontes, P.; Costa, A.; Lages, J. & Fernandes, H. (2023). Será a condição de sem-abrigo uma questão de escolha? Um estudo exploratório realizado nos Açores. Cidades, *Comunidades e Territórios*. Disponível em: https://doi.org/10.15847/cct.28721

Grupo de Trabalho para a Monitorização e Avaliação da ENIPSSA (2023). Inquérito de caracterização das pessoas em situação de sem-abrigo: Síntese de resultados - 31 de dezembro de 2022. Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo. Disponível em: https://www.enipssa.pt/enipssa

Porto. (2018). *Diagnóstico à realidade social do porto o cenário em 2018 sinc social inclusion laboratory lab*. Disponível em: https://coesaosocial.cm-porto.pt/files/uploads/cms/1610702575-f6rIcRlKU7.pdf

Porto (2019). *Plano desenvolvimento social do porto 2019-2023*. Disponível em: https://coesaosocial.cm-porto.pt/files/uploads/cms/Plano de Desenvolvimento Social 2019 -2023.pdf

Porto. (2023). *Plano de Ação 2023. Coesaosocial.cm-Porto.pt*. Disponível em: https://coesaosocial.cm-porto.pt/files/uploads/cms/Plano de Ação Rede Social do Porto 2023.pdf

Quintas, S. M. M. (2010). *A percepção de técnicos e indivíduos "sem-abrigo": histórias ocultas de uma realidade no Porto*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

André Granja.

Licenciado em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Atualmente a frequentar o segundo ano de Mestrado em Sociologia na mesma Instituição. Interessa-se pelo Poder Local, Desigualdades Sociais em contextos urbanos e Sociologia urbana. Via Panorâmica s/n, 4150-755 Porto. E-mail: andrefsg13@gmail.com. ORCID: 0009-0002-5459-672X.

Receção: 25/07/2024

Aprovação: 25/11/2024

Citação:

Granja, André (2024). O direito à cidade do Porto, um dualismo intemporal. Um exercício etnográfico sobre a situação dos sem-abrigo na cidade do porto. *Todas as Artes: Revista Luso-Brasileira de Artes e Cultura*, 7(2), 144-161 ISSN 2184-3805. DOI: https://doi.org/10.21747/21843805/tav7n2p2



